

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA REUNIÃO REA
LIZADA NO DIA 19/2/82 ENTRE O INC E
DIVERSOS ORGANISMOS

Estiveram presentes os seguintes organismos: D.G. do Planeamento, INC, MDR, OM JAAC, A.Sociais, D.G.das Pescas, MHOP e Administração Interna.

A reunião foi realizada por iniciativa da Direcção Geral do Planeamento no quadro da preparação do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento e do Seminário sobre a Participação popular no desenvolvimento local.

O documento do INC em si não foi discutido porque não houve tempo para que houvesse uma análise exaustiva do documento antes da reunião, embora os supra-citados organismos tivessem feito uma reflexão do papel do desenvolvimento cooperativo na produção e participação popular no contexto do desenvolvimento sócio-económico de Cabo Verde.

Houve um consenso sobre a importância do desenvolvimento do movimento cooperativo especialmente nos domínios de agricultura, pesca, habitação e autoconstrução, produção de materiais de construção, distribuição e arte sanato/semi-indústria.

O desenvolvimento do movimento cooperativo e o seu impacto nas modificações sócio-económicas de Cabo Verde foi ratificado por todos, sendo a sua promoção também uma tarefa de todos os organismos.

Neste contexto, foi recomendado que no Seminário se aprofundasse os seguintes pontos de reflexão:

- 1) Necessidade de definir a área prioritária de actuação do associativismo e cooperativismo no quadro do desenvolvimento sócio-económico de Cabo Verde.
- 2) Necessidade de definir a forma de intervenção e a contribuição que cada organismo deve dispensar ao movimento cooperativo.

- 3) Necessidade de elaborar estudos sectoriais específicos, eventualmente em colaboração com a Direcção Geral do Planeamento e o INC, em que se rá definido duma forma clara e precisa a política de todos os sectores no que diz respeito ao papel do movimento cooperativo no quadro da política sectorial, bem como dos apoios indispensáveis à prossecução dos seus objectivos.
- 4) Necessidade de descentralização administrativas e criação de estruturas adequadas (ex Gabinetes Técnicos) de desenvolvimento local em todos os concelhos como condições indispensáveis para que haja movimento cooperativo, participação e produção popular.

Praia, 1 de Março de 1982.-